

Estudo sócio-demográfico na Baixada Santista mostra o porquê do envelhecimento da população da orla

Um outro olhar sobre o velho e o mar

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

Envelhecer junto ao mar é um sonho acalentado por muitas pessoas que estão chegando perto da aposentadoria ou ao final do chamado ciclo vital familiar. Daí, a impressão de que a cidade de Santos, principalmente sua orla marítima, estaria tomada por idosos de toda parte e de situação financeira estável, que decidiram gozar as amenidades da praia. “Realmente, a primeira idéia é de que os idosos estão migrando para Santos atrás de qualidade de vida, mas não é isso o que está acontecendo. Em geral o idoso migra pouco, quer constituir raízes. Acontece é que os jovens estão saindo da cidade”, afirma o pesquisador Alberto Augusto Eichman Jakob, do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp.

Alberto Jakob é autor de um estudo sobre a formação do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista, que valeu como tese de doutorado defendida junto ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, sob orientação do professor José Marcos Pinto da Cunha. Agora, ele retoma a pesquisa sócio-demográfica no litoral como integrante da equipe do Nepo escalada para o projeto “Vulnerabilidade” (www.cendoc.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade), previsto para durar quatro anos, com financiamento da Fapesp. “O preço do solo em Santos ficou muito caro. O jovem que vive na casa dos pais, quando se casa para constituir família, não encontra imóveis ao redor e vai morar em áreas periféricas, como São Vicente ou municípios ao sul”, explica.

O primeiro produto deste projeto na RMBS é um atlas, que traz em um dos mapas o índice de envelhecimento da população. Coordenador do Nepo e do projeto, o professor José Marcos Pinto da Cunha afirma que as pessoas idosas estão concentradas ao longo da orla litorânea, as áreas mais consolidadas (praticamente sem solo desocupado) e mais valorizadas do chamado núcleo duro da região: Santos e São Vicente. É um padrão que se repete, com outros níveis de concentração, nas orlas dos outros municípios como Guarujá, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruibe.

Uma das peculiaridades da região é o grande número de residências de veraneio, que ficam desocupadas ao longo do ano e que também influem bastante para a valorização do solo. Casa de veraneio, porém, é confortável para quem pode e o poder aquisitivo está associado ao ciclo vital. “É interessante ver no mapa a mancha vermelha que representa a faixa de mais alta renda da população. Vemos claramente um processo de funil, demograficamente denso na parte insular de Santos, e que vai afinando para o sul. Também é interessante notar que, em Santos, é preciso caminhar sete ou oito quadras em direção ao pé da serra até encontrar as primeiras casas mais modestas; em Mongaguá, os pobres estão a apenas três ou quatro quadras, mas é uma questão de tempo para que esta população fique mais longe do mar”, observa o professor.

Vulneráveis – José Marcos Cunha lembra que o projeto “Vulnerabilidade”, reunindo cerca de 40 pesquisadores entre professores e bolsistas, está completando um ano e ganhou esse nome porque, mais à frente, se pretende analisar a capacidade que o cidadão tem de responder aos vários riscos que lhe são impostos em áreas metropolitanas. “Os riscos que a pessoa corre não dependem apenas de sua renda, dos bens e da habitação que possui – elementos



Foto de Santos tirada a partir de satélite: presença de população de mais alta renda se intensifica a partir da década de 90

Foto: Divulgação



O professor José Marcos Pinto da Cunha, coordenador do Nepo: “O atlas é um primeiro olhar sobre dados que estavam mais à mão”

O pesquisador Alberto Augusto Eichman Jakob: “O preço do solo em Santos ficou muito caro”



Fotos: Antoninho Perri

que tradicionalmente medem o risco mais genérico da pobreza –, mas também da rede social, das relações que ela pode pôr em funcionamento para conseguir oportunidades”, resume o pesquisador.

Neste primeiro ano, o projeto já produziu o atlas da região de Campinas (*Jornal da Unicamp*, edição 259) e agora de Santos, dois centros escolhidos justamente porque passam pelo momento da metropolização. “São duas regiões emergentes, com recursos ainda manejáveis e com um número de habitantes que permite buscar alternativas para os seus problemas. O atlas é um primeiro olhar sobre dados que estavam mais à mão, que são as informações do censo demográfico, dentro de uma perspectiva temporal, abordando um período de vinte anos (1980-2000). É uma leitura ainda superficial da região, mas que já permite enxergar algumas de suas características e, particularmente, a evolução e distribuição espacial desses fenômenos. O próximo passo será uma pesquisa de campo para aprofundar os estudos”, explica Cunha.

O atlas traz basicamente três dimensões: demográfica, socioeconômica e de infra-estrutura (mais relacionada ao aspecto domiciliar, como habitação, água e esgoto). O coordenador do Nepo esclarece que a nebulosidade constante na região impediu boas imagens de satélite, obrigando ao uso dos “setores censitários” urbanos (unida-

de de informações assim denominada pelo IBGE), em vez da mancha urbana que se conseguiu captar em Campinas. Outro detalhe é que o atlas oferece duas perspectivas, sendo uma específica do município, mostrando, por exemplo, que Peruibe, Cubatão e Guarujá têm muitos domicílios sem rede de esgoto ou fossa asséptica. “É um olhar tradicional, importante para um prefeito planejar sua gestão. O olhar que nos interessa, no entanto, é sobre a mancha urbana, que reflete as contigüidades dos processos demográfico, socioeconômico e de infra-estrutura”, diz o professor.

Migração – Os mapas da dinâmica metropolitana indicam movimentos migratórios importantes, principalmente da população pobre, do chamado núcleo duro formado por Santos e São Vicente para áreas periféricas e, em direção a Praia Grande e Guarujá (e menos para Cubatão). “Note-se que essas duas cidades também possuem uma periferia expressiva, como o bairro Vicente de Carvalho, que nada tem do glamour da área nobre do Guarujá”, ressalva José Marcos da Cunha. Ao mesmo tempo, nota-se um movimento pendular, envolvendo pessoas que exercem suas atividades fora de seus municípios de residência, que é praticamente uma contrapartida do movimento migratório. “Morar perto do trabalho está ficando inviável. Há um descompasso entre a concentração da população e

a concentração da atividade econômica”, observa.

O professor vê nesses movimentos um dos elementos que constituem o processo de metropolização, com uma integração funcional intensa das áreas dos municípios e que pouco tem a ver com as divisões administrativas. “Não é possível olhar o município como se houvessem cercas rígidas que as pessoas não possam pular. O cidadão é metropolitano e sua relação não se dá necessariamente com a cidade, mas sim com a região. Pensar a região metropolitana como um todo é a profissão de fé no nosso projeto”, afirma.

Ambiente – Nas próximas fases do projeto “Vulnerabilidade” será investigado também o impacto ambiental na região, cuja formação geográfica – tendo de um lado o oceano e de outro um paredão formado pelas serras do Mar e da Juréia – impede que as cidades se espalhem. Um cenário que impressiona o professor José Marcos da Cunha é dos bairros-cota. “Aqueles pessoas estão penduradas na serra”, surpreende-se. Segundo o pesquisador Alberto Jakob, aqueles bairros foram construídos para abrigar grandes agrupamentos de operários contratados para a construção da Via Anchieta. “O termo cota está relacionado com a altitude em relação ao nível do mar. Como a infra-estrutura estava pronta, muitos trabalhadores foram ficando e outras famílias foram chegando”, recorda.

A Baixada vista de cima

■ As taxas de crescimento populacional dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista apresentaram queda continuada entre 1980 e 2000. A região, que crescia 3,9% ao ano na década de 70, reduziu o ritmo para 2,1%. Santos apresenta um crescimento populacional praticamente nulo nos anos 90, refletindo uma redistribuição por meio da migração intrametropolitana, visto que Mongaguá, Peruibe, Itanhaém e Praia Grande, em período mais recente, apresentam uma média acima de 5%.

■ Na década de 90, há uma intensificação da presença de população de mais alta renda ao longo de toda a extensão da orla marítima da RMBS. O impacto é uma ocupação retilínea de uma pequena parcela do território para o sul e para o norte, que a partir da grande concentração representada pelo núcleo Santos/São Vicente progressivamente vai se afinando até chegar a um novo centro urbano de menor porte.

■ Em 1980 a proporção de domicílios com renda familiar *per capita* maior que 10 salários mínimos sequer atinge 5% do total em todos os municípios da RMBS. A melhor situação é a de Santos, onde este percentual cresce expressivamente ao longo do tempo, passando de 4,5% em 1980 para 8,2% em 2000, enquanto que a média da região passa de 2,8% para 3,9%.

■ Na década de 90 houve uma elevação generalizada da proporção de chefes de família sem rendimentos, indicando um empobrecimento geral da população. A situação piora na medida em que se desloca a análise para os municípios fora do eixo Santos/Vicente, em especial em Peruibe, Mongaguá e Itanhaém. Em Santos, esta proporção passou de 2,7% em 1980 para 5,9% em 2000; em Mongaguá, de 1,4% para 17,8%.

■ Na RMBS, o volume da “mobilidade pendular” da população economicamente ativa (PEA) ocupada, ou seja, o movimento de trabalhadores que exercem regularmente suas atividades em um município diferente daquele em que residem, chegou a quase 80 mil pessoas em 1980 e superou 95 mil em 2000.

■ A proporção de cômodos utilizados como residência aumentou de maneira geral nos setores censitários no período 1991-2000, fato que aponta para certa deterioração das condições de vida, sobretudo nos maiores centros da RMBS. Os aumentos mais significativos ocorreram em Mongaguá e Guarujá.

Outro problema preocupante é o lixo, tendo havido um episódio recente em um dos municípios, que não possui áreas para novos aterros sanitários. “Tentou-se um terreno em Cubatão, cujos vereadores protestaram. Na falta de uma solução metropolitana, o jeito foi subir a serra com o lixo para depositá-lo em Mauá. Deve ser o lixo mais caro do país”, supõe o coordenador do Nepo.